

Encíclica condena a violação de direitos

Pedro Del Picchia,
de Roma

“Os direitos do homem vêm sendo violados de diversas maneiras. Somos testemunhas dos campos de concentração, da violência, da tortura, do terrorismo e de várias formas de discriminação.”

“O sentido essencial do Estado consiste no fato de o povo ser soberano do próprio destino. Mas esse sentido não se realiza se, no lugar do exercício do poder com a participação moral da sociedade ou do povo, assistimos à imposição do poder por parte de um determinado grupo sobre todos os outros membros da sociedade.”

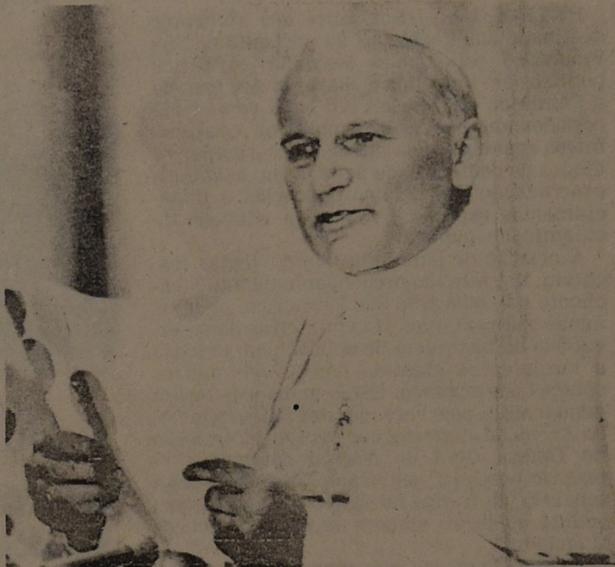
“Certamente a limitação da liberdade religiosa das pessoas na comunidade não é apenas uma particular experiência dolorosa, mas acima de tudo fere a própria dignidade do homem independentemente de religião professada.”

Estas são algumas das passagens centrais do capítulo dedicado aos direitos do homem na primeira Encíclica do papa João Paulo 2.º, que hoje é divulgada oficialmente pelo Vaticano. A Encíclica com o nome de *Redemptor Hominis* — *Redentor dos homens* —, tem cem páginas que se dividem em quatro partes e 22 capítulos, e foi assinada pelo pontífice no dia 4 de março, o primeiro domingo da Quaresma.

Nas quatro partes do documento, João Paulo 2.º trata da herança que recebeu do Concílio Vaticano 2.º e de seus predecessores, do mistério da Redenção, da situação do homem no mundo contemporâneo e da missão da Igreja.

Segundo a interpretação de um funcionário do Vaticano, “a Encíclica tem por tema condutor o homem visto à luz do Evangelho, com a sua dignidade e os seus direitos que a Igreja pretende defender em todos os tempos e em todos os lugares”. Na primeira parte do documento, o Pontífice refere-se aos pontífices de João 23 e de Paulo 6.º, assim como ao Concílio Vaticano 2.º, para reafirmar o princípio da progressiva colegialidade nos órgãos superiores de decisão da Igreja. Enfim, em outras palavras, garante que prosseguirá na linha de democratização do vértice do catolicismo começada por João 23 e implementada por Paulo 6.º. Também demonstra sua fidelidade ao projeto ecumênico de seus predecessores, embora seja cauteloso ao afirmar que “na presente situação histórica da cristandade e do mundo não há outra possibilidade de cumprir a missão universal da Igreja, no que se refere aos problemas ecumênicos, se não aquela de procurar lentamente, com perseverança, com humildade e ainda com coragem, as vias de aproximação e união”.

Na segunda parte, dedicada ao mistério da Reden-



Na primeira encíclica de João Paulo 2.º, a defesa dos direitos humanos.

ção, o papa lembra que “a tarefa fundamental da Igreja de todas as épocas, e em modo particular da nossa, é a de dirigir os olhos do homem, de conduzir a consciência e a experiência de toda a humanidade, para o mistério de Cristo”.

Na parte terceira da Encíclica o pontífice estende-se longamente sobre a situação do homem no mundo contemporâneo, embora aborde aspectos relativos aos direitos humanos ao longo de todo o documento:

“O homem de hoje — João Paulo 2.º — parece estar sempre ameaçado por aquilo que produz, isto é pelo resultado do trabalho de suas mãos e, ainda mais, pelo trabalho de seu intelecto, pela tendência da sua vontade”. O papa, em resumo, afirma que os frutos das atividades dos homens podem voltar-se contra eles mesmos, fazendo com que vivam constantemente em estado de medo, temendo que os seus produtos “possam transformar-se meios e instrumentos de uma imaginável autodestruição, diante da qual todos os cataclismas e catástrofes da história, que nós conhecemos, parecem empalidecer”.

O sumo pontífice, diante dessas constatações, levanta dúvidas que segundo ele são de toda a humanidade: “Crescem de verdade nos homens, entre os homens, o amor social, o respeito aos direitos dos outros — homem, nação, povo — ao contrário crescem os egoísmos de várias dimensões, os nacionalismos exacerbados, o invés do autêntico amor à pátria e ainda a tendência a dominar os outros além dos próprios direitos e méritos”?

INDAGAÇÃO

É diante dessa indagação que João Paulo 2.º expressa sua opinião de que a situação do homem “parece distante das exigências objetivas da ordem moral, assim como das exigências da justiça e, ainda mais, do amor social”. Porém, acrescenta, o homem não pode renunciar a si mesmo, nem ao lugar que lhe cabe no mundo visível, não pode tornar-se escravo das coisas, escravo dos sistemas econômicos, escravo da produção, escravo de seus próprios produtos. E por esse caminho chega à crítica do consumismo desenfreado de algumas sociedades, enquanto em outras passa-se fome e muitos morrem de desnutrição.

Ante esse paradoxo que constata, o papa fala que “a amplitude do fenômeno coloca em causa as estruturas e mecanismos financeiros, monetários, produtivos e comerciais que, apoiando-se sobre diversas pressões políticas, regulam a economia mundial”. E para enfrentar isso que classifica de “desordem moral” o pontífice propugna a adoção de “soluções audaciosas e criativas, em conformidade com a dignidade do homem”.

Para o chefe da Igreja Católica essa é uma tarefa não impossível de se realizar, mas que requer o empenho resolutivo “dos homens livres e solidários”.

A Encíclica *Redemptor Hominis* mais adiante faz uma condenação aos países que oferecem em abundância às novas nações, armas modernas e meios de destruição que não são tanto uma exigência “da defesa dos justos direitos e da soberania” desses Estados. Para condenar essa prática, o papa afirma que a Igreja não dispõe e nem precisa dispor de outras armas senão aquelas do espírito e assim a Instituição Católica não cessa “de pedir a todos em nome de Deus e em nome do homem: não mate! Não prepare os homens para a destruição e o extermínio! Pense nos irmãos que sofrem fome e miséria! Respeite a dignidade e a liberdade de cada um!”

João Paulo 2.º recorda então o compromisso da Igreja com os direitos do homem e afirma que nestes devem basear-se todos os direitos do poder, pois em caso contrário “chega-se ao esfacelamento da sociedade, à oposição dos cidadãos à autoridade ou ainda a uma situação de opressão, de intimidação, de violência, de terrorismo, da qual forneceram numerosos exemplos os totalitarismos de nosso século”.

E acrescenta: “Já na primeira metade deste século, no período em que se estavam desenvolvendo vários totalitarismos de Estado, os quais como é sabido conduziram à horrível catástrofe bélica, a Igreja havia claramente delineado a sua posição diante desses regimes, que aparentemente agiam por um bem superior, qual seja o bem do Estado, enquanto a história ao invés havia demonstrado que aquele era somente o bem de um determinado partido, identificado com o Estado. Na realidade, aqueles regimes haviam cortado os direitos dos cidadãos”. Para comprovar essa posição assumida pelo catolicismo cita três encíclicas do Pio 11.º, da década de 30, nas quais aquele pontífice condenava o nazismo, o fascismo e o comunismo.

Finalmente, entre os direitos humanos, o pontífice ressalta o direito à liberdade religiosa, assim como à liberdade de consciência. E refuta qualquer possibilidade de se aceitar o privilegiamento do ateísmo, como acontece em algumas sociedades. Diz a encíclica: “é difícil, ainda que de um ponto de vista puramente humano, aceitar uma posição segundo a qual só o ateísmo tem direito de cidadania na vida pública e social, enquanto os homens crentes, quase por princípio, são apenas tolerados, ou mesmo tratados como cidadãos de categoria inferior, e por fim — o que já acontece — são de todo privados dos direitos de cidadania”.